



**ORDEM DO DIA
5ª SESSÃO ORDINÁRIA
DIA 02 DE MARÇO DE 2022**

EM DISCUSSÃO ÚNICA OS REQUERIMENTOS N^{os}:

11/2022 – O Vereador VAGUINHO no uso de suas atribuições legais, REQUER ouvido o plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando o que segue: Cópia do Contrato realizado com a empresa PMT Clínica Médica e Medicina do Trabalho Ltda Epp, Dispensa 02/2022, para contratação de médicos; Lista contendo o nome dos médicos que realizaram atendimentos pela empresa no Município; Relatório dos atendimentos médicos realizados no Pronto Atendimento no horário normal e no plantão, desde a celebração do contrato até a presente data.

12/2022 – O Vereador VANE no uso de suas atribuições legais, REQUER ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, solicitando seja efetivado o reajuste complementar do Piso Nacional dos profissionais do Magistério da Educação Básica.

13/2022 – A Comissão de CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO no uso de suas atribuições legais, REQUER ouvido o plenário, prazo de 15 (quinze) dias para melhores estudos e emissão de parecer aos Projetos de Lei n^{os} 5841, 5842 e 5846.

14/2022 – A Comissão de ECONOMIA, ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO no uso de suas atribuições legais, REQUER ouvido o plenário, prazo de 15 (quinze) dias para melhores estudos e emissão de parecer ao Projeto de Lei n^o 5846.

15/2022 – A Comissão de URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS no uso de suas atribuições legais, REQUER ouvido o plenário, prazo de 15 (quinze) dias para melhores estudos e emissão de parecer aos Projeto de Lei n^{os} 5842 e 5846.

EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES N^{os}:

18/2022 – A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO no uso de suas atribuições legais, INDICA ao Poder Executivo, solicitando informações por meio da Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, com base nos fundamentos do Parecer Protocolado sob n^o 095 ao Relatório do Departamento Financeiro n^o 007/2022.

19/2022 – Os Vereadores ODAIR SANSON JÚNIOR E JOSLEI SEQUINELI no uso de suas atribuições legais, INDICAM ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Sérgio Belich, que determine



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ

em caráter de urgência à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a realização de Processo para Terceirização dos Trabalhos em Estradas Rurais do Município.

20/2022 – O Vereador GILBERTO ROGALSKI no uso de suas atribuições legais, INDICA ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, que veja da possibilidade, junto aos setores competentes, de implementar a criação da Brigada Apícola Municipal.

21/2022 – O Vereador ODAIR SANSON JÚNIOR no uso de suas atribuições legais, INDICA à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, à realização de Operação “Tapa Buracos” na Estrada Sebastião Sanson, desde a BR-277 até Vieiras, neste Município.

EM 2ª DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI N^{os}:

5836/2022 – Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

5837/2022 – Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

5838/2022 – Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

5839/2022 – Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

5840/2022 – Altera dispositivos da Lei nº 4.071, de 17 de fevereiro de 2016 e dá outras providências.

5843/2022 – Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 065/2020, o qual tem por objeto o repasse de recursos financeiros ao Hospital de Caridade de Palmeira e dá outras providências.

5845/2022 – Autoriza a instituição da Tabela de Preços Municipal referenciada pela Tabela SUS, para o credenciamento de prestadores de serviços na área de saúde e dá outras providências, conforme especifica.

EM 1ª DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI N^{os}:

5844/2022 – Regulamenta os procedimentos inerentes a abertura de processos de despesa no âmbito do Município de Palmeira e dá outras providências.

5847/2022 – Revoga o art. 2º da Lei Municipal nº 4402/17 e concede efeito repristinatório da Lei Municipal nº 1960/98, com a finalidade única de sacar valor residual pago de taxa de combate a incêndio, o qual se encontra depositado em instituição bancária, e efetuar o repasse para despesas relativas ao Corpo de Bombeiros.